



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIAS DE EXECUÇÕES PENAIS

RECOMENDAÇÃO Nº 11 /2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, por intermédio das **Promotorias de Justiça de Execuções Penais do DF**, abaixo representadas, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público expedir recomendação visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis, conforme art. 67 da Lei de Execução Penal; art. 6º, inciso XX, da Lei Complementar nº 75/1993; art. 26 e seguintes, da Resolução nº 66/2005, do Conselho Superior do MPDFT;

CONSIDERANDO que cabe às Promotorias de Execuções Penais do Distrito Federal a fiscalização dos estabelecimentos penais desta unidade federativa, conforme art. 5º, da Resolução nº 90/2009 do Conselho Superior do MPDFT e art. 68, parágrafo único da Lei de Execução Penal;

CONSIDERANDO que o Princípio Constitucional da Igualdade assegura que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, conforme art. 5º, caput, da Constituição Federal;



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

CONSIDERANDO recentes notícias veiculadas pela imprensa sobre a ocorrência de tratamento diferenciado a alguns internos que cumprem penas nos estabelecimentos prisionais do DF, em desacordo com o disposto na Lei de Execuções Penais e no Regimento Interno dos Estabelecimentos Penais;

CONSIDERANDO que a segurança dos estabelecimentos penais é ponto sensível no sistema prisional, requerendo atenção e tratamento cauteloso, visando a manutenção da ordem, além da estabilidade do ambiente prisional;

CONSIDERANDO que o regime de visitas está regulamentado de acordo com as Ordens de Serviço nº 82 e 83/2013, da Subsecretaria do Sistema Penitenciário, que determinam o cadastramento prévio de visitantes, estabelecem a indumentária adequada para o ingresso nos presídios, bem como fixam horários e dias de visitação e procedimentos de revista;

CONSIDERANDO que a Ordem de Serviço nº 82/2013 – SESIPE, no item I – Das Disposições Preliminares, determina que “**o horário de visitação nos Estabelecimentos Prisionais será de 09 (nove) às 15 (quinze) horas**, de forma ininterrupta, **às quartas e quintas-feiras**”; e que a Ordem de Serviço nº 83/2013 – SESIPE, quanto ao acesso à Penitenciária Feminina do DF, no item I – Das Disposições Preliminares, determina que o horário de visitação será das 09 (nove) às 15 (quinze) horas, de forma ininterrupta, **às quintas-feiras**;

CONSIDERANDO que as Ordens de Serviço nº 82 e 83/2013 – SESIPE, no seus respectivos itens II – Do Cadastro de Visitantes, determinam que os visitantes deverão passar por procedimento de **cadastro prévio** à entrada nos estabelecimentos prisionais, com a apresentação dos documentos que relacionam;

CONSIDERANDO que a Ordem de Serviço nº 82/2013 – SESIPE, no item IV – Do Acesso às Unidades Prisionais, e a Ordem de Serviço nº 83/2013 – SESIPE, no item III – Do Acesso à Penitenciária Feminina, determinam que “**o acesso de pessoa previamente cadastrada na qualidade de visitante deve ocorrer somente nos dias determinados para visitação e ser precedido de revista**, efetuada por meios mecânicos e/ou manuais disponíveis, como medida necessária à preservação da segurança e da ordem interna do Estabelecimento Prisional, respeitadas a honra e a dignidade do revistado”; e que por dia só poderão entrar até 4 (quatro) visitantes, sejam eles familiares ou amigo (a) do interno;



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

CONSIDERANDO que os atos normativos supracitados determinam a indumentária a ser usada pelos visitantes;

CONSIDERANDO que a regulamentação acima estabelece que “é vedado ao visitante o acesso portando bilhetes, aparelhos eletrônicos, como telefone celular, chip, chaves de qualquer tipo, bolsas, pastas, anéis, com exceção da aliança de vínculo matrimonial ou afetivo (desde que seja dourada), brincos, cordões, colares, pulseiras, tornozeleiras, piercing, óculos de sol, espelhos, relógios, bonés, perucas, faixas de cabelo, prendedores de cabelo em metal e outros adereços semelhantes, além de instrumentos cortantes e/ou perfurantes, substâncias ou produtos não identificados pela embalagem original e quaisquer outros objetos não recomendados no ambiente carcerário, informados publicamente aos visitantes por ato da direção da Unidade Prisional”;

CONSIDERANDO que as normas supracitadas dispõem que “não será permitida a entrada para visitação de pessoas que estejam respondendo inquérito policial ou com condena o na Justiça, que estejam em relaxamento de prisão, liberdade provisória ou prisão domiciliar, salvo com autoriza o expressa e documentada pela Vara de Execu es Penais – VEP/DF; e/ou apresenta o de Certidão de Nada Consta Criminal do TJDF”;

CONSIDERANDO que as Ordens de Serviço n  82 e 83/2013 – SESIPE, nos seus respectivos itens VI e V – Da Entrada de Objetos, Valores e Alimentos, regulamentam a entrada de medicamentos, envelopes e selos, fotografias, equipamentos eletroeletrônicos, dinheiro, alimentos, material de limpeza e higiene e roupas;

RECOMENDA

Aos ( ) Srs. (Sra.) Diretores (a) dos Estabelecimentos Prisionais do DF e ao Sr. Subsecretário do Sistema Penitenciário do DF que:

- 1) no cumprimento dos dispositivos contidos nas Ordens de Serviço n  82 e 83/2013 e demais normas pertinentes, seja rigorosamente observado o princípio constitucional da isonomia no tratamento dos internos e visitantes do sistema prisional do Distrito Federal.

Fica estabelecido o cumprimento imediato da presente Recomenda o, sob pena de ado o das medidas cabíveis para apura o das responsabilidades, nos termos da Lei.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Publique-se e encaminhe-se aos destinatários, com cópia ao Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal.

Brasília, 20 de novembro de 2013.

ORIGINAL ASSINADO

Adriana de Albuquerque Hollanda

Promotora de Justiça

Alvarina de Araújo Nery

Promotora de Justiça

ORIGINAL ASSINADO

Cleonice Maria Resende Varalda

Promotora de Justiça

Helena Rodrigues Duarte

Promotora de Justiça

ORIGINAL ASSINADO

Isabel Cristina Augusto de Jesus

Promotora de Justiça

Márcia Milhomens Sirotheau Corrêa

Promotora de Justiça